

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras estuda adotar mecanismo de reajuste quinzenal para o diesel	2
Título: ANTT fixa em R\$ 5 mil multa para empresa que descumprir tabela do frete	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Brasil consulta EUA para pagar energia à Venezuela	4
Título: ANTT quer multa para fazer valer tabelamento	6
Título: Petrobras conversa com equipes de presidenciáveis	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: ANTT propõe multa de R\$ 5 mil para frete	9
Título: Petrobras prevê fechar 2018 com dívida de US\$ 69 bilhões	10
Título: Eletrobras quer cortar mais 2,4 mil vagas	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Política para diesel deve mudar	12
Título: Seleção da Liquigás com 1.348 vagas	13
Título: Demissão na Eletrobras	14
VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: Destaques	15
Título: Curtas	15
Título: Echoenergia compra projetos da Voltaia	16
Título: Petrobras reduz projeção de dívida líquida em 2018 para US\$ 69 bi	18
Título: Sócios da Vale negociam acordo de R\$ 2,5 bilhões	19
Título: Cade sugere que ANP reveja resoluções sobre venda de etanol	21
Título: Ipsis Litteris	22

Título: Previ espera IPO da Neoenergia só em 2019..... 22

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/09/2018

Seção: Economia

Autor: João Sorima Neto e Geralda Doca

Título: Petrobras estuda adotar mecanismo de reajuste quinzenal para o diesel

Medida anunciada na semana passada para a gasolina poderá ser replicada a partir de 2019, diz presidente da estatal, que negou pressão do governo para alterar política de preços

O novo mecanismo de reajuste quinzenal dos preços da gasolina, anunciado na semana passada pela Petrobras, poderá ser replicado para o diesel a partir de 2019. A mudança, entretanto, só será feita depois de uma avaliação do novo instrumento para reduzir a volatilidade do preço da gasolina. —A gente vai olhar principalmente o que está acontecendo em relação a essa experiência na gasolina. Eventualmente poderia aplicar a mesma fórmula para o diesel.

Ainda é muito preliminar, não há nenhuma decisão interna na companhia, mas é algo que a gente pode vir a fazer —disse o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, que fez ontem, junto com integrantes da diretoria, uma apresentação dos principais números da empresa para investidores em São Paulo. Até o fim do ano, o preço do óleo diesel seguirá a política de subsídios negociada com os caminhoneiros para encerrar a greve de maio, que prevê reajustes a cada 30 dias. Líderes da categoria afirmam não ver problemas em aumentos quinzenais.

O mais importante para eles é a manutenção do tabelamento do frete. O governo vê na sinalização da Petrobras de que o diesel poderia seguir a correção quinzenal da gasolina uma possível solução para o fim do programa de subvenção ao combustível, previsto para 31 de dezembro. Ao GLOBO, **O**

Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, disse que a estatal sabe que é preciso adotar uma metodologia mais estruturante no repasse da cotação do dólar e do petróleo no exterior para os combustíveis: —A Petrobras está tomando medidas com antecedência, fazendo contas para uma metodologia que dê conforto aos consumidores. É necessário um mercado mais estável.

DÍVIDA EM QUEDA

Monteiro insistiu com os investidores que o novo mecanismo de reajuste da gasolina não afeta a política de preços da estatal. O presidente da empresa fez questão ainda de dizer que as medidas para reduzir a instabilidade dos preços são decisões internas, sem interferência do governo federal: —Estamos de olho na temporada de furacões, que chegaram a provocar variação de preço entre 6% e 7% no dia, em apenas um produto.

Pela política anterior, a volatilidade trazida por esses eventos climáticos seria repassada ao preço dos combustíveis diariamente. O reajuste poderia chegar até a 8% num dia, considerando também a volatilidade do câmbio. O comando da estatal aproveitou a reunião para reforçar o compromisso de reduzir o endividamento da empresa. Segundo Monteiro, a Petrobras deve encerrar o ano com dívida líquida de US\$ 69 bilhões, 19% menor que a registrada no fim de 2017.

A alta do preço do petróleo é o principal fator para essa previsão. — Atualmente, o (petróleo tipo) Brent está perto de US\$ 78. Esse patamar auxilia na redução da dívida, acelera a trajetória de queda —disse Monteiro, ao lembrar que a empresa trabalhava com a expectativa do preço do barril a US\$ 58 ao longo de 2018.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/09/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: ANTT fixa em R\$ 5 mil multa para empresa que descumprir tabela do frete

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) fixou em R\$ 5 mil a multa a ser cobrada de empresas que descumprirem a tabela do frete, criada em maio como parte do acordo que encerrou a greve dos caminhoneiros. O valor cai para R\$ 3 mil para quem intermediar contratos abaixo do piso. Os autônomos costumam recorrer a intermediários porque encontram dificuldades —como o

preenchimento de excesso de documentos—para contratar o serviço diretamente.

As penalidades estão numa proposta de resolução da agência que entrou em consulta pública ontem. Interessados podem encaminhar sugestões até 10 de outubro. Depois, a ANTT analisa as propostas e aprova uma norma definitiva. Num primeiro momento, não haverá penalidade para o caminhoneiro que aceitar um preço inferior ao piso. A ANTT iniciou, no feriado de 7 de setembro, a fiscalização do tabelamento em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Fiscais identificaram 75 empresas que contrataram frete abaixo do piso.

Nesta primeira fase, as empresas foram apenas notificadas. Os caminhoneiros receberam cópias dos documentos, que permitem que eles acionem as empresas administrativamente ou na Justiça. Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, produtoras de grãos podem parar atividades contra a tabela, que custaria US\$ 5 bilhões extras por ano ao setor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro e Patrícia Campos Mello/ BRASÍLIA e SÃO PAULO

Título: Brasil consulta EUA para pagar energia à Venezuela

O governo brasileiro decidiu pagar a Venezuela pela conta de luz de Roraima, desistindo de tentar a saída via “encontro de contas” entre os dois países.

O Ministério da Fazenda tentou avançar na alternativa, já que a Venezuela deve ao Brasil US\$ 275 milhões — R\$ 1,127 bilhões na cotação desta segunda-feira (10).

Neste mês, deverá deixar de pagar mais US\$ 41 milhões (R\$ 168 milhões). Mas não deu certo.

A Venezuela exige o pagamento em dólares e a ameaça é deixar Roraima sem energia, no momento em que o estado já enfrenta uma crise migratória.

O corte também seria politicamente danoso a aliados presidenciais, como o senador Romero Jucá (MDB-RR), que busca a reeleição.

Diante da negativa, o Itamaraty foi acionado para consultar o governo dos EUA sobre como enviar dólares à Venezuela sem furar o embargo americano.

Técnicos do governo brasileiro dizem acreditar que não há empecilhos legais, mas pretendem obter dos EUA uma espécie de parecer, dando sinal verde para que uma instituição financeira americana possa concluir o pagamento sem sofrer sanções.

O Brasil não participa do embargo, mas como a transação é feita em dólares, depende de uma instituição americana para fechar a operação.

O governo conta com o argumento de que se trata de um bem essencial, e que a transação não corresponde a um novo financiamento ou projeto de infraestrutura, como no passado.

Procurado, o Itamaraty não confirma nem nega que tenha consultado o governo dos EUA. A informação oficial é que “as sanções americanas não constituem obstáculo à operação”.

Diplomatas brasileiros afirmam que, neste momento, o problema está localizado em Caracas, com “dificuldades prosaicas” enfrentadas pelo banco local em receber os recursos em meio à desorganização econômica da Venezuela.

A opção pelo pagamento foi advogada pelo Itamaraty, após consultas ao governo venezuelano.

A Corpoelec, que fornece energia à Roraima, afirma que o pagamento em efetivo está previsto em contrato. Lá o Ministério da Fazenda defendeu o abatimento da dívida por meio da CCR (Câmara de Compensação de Créditos Recíprocos), operado pelos bancos centrais.

A opção chegou a ser estudada, mas não foi adiante.

Com a ameaça de corte, a prioridade do governo brasileiro então se tornou “resolver Roraima”, segundo fonte ouvida pela Folha, dando início à operação para honrar o pagamento.

A avaliação de diplomatas é que o estado de Roraima não ficaria sem energia, em caso de corte, mas custará caro ligar termelétricas para bancar a energia local.

A linha de transmissão ligando o estado ao Sistema Integrado Nacional levaria três anos para ficar pronta.

A questão é que, neste mês, expira nova parcela de US\$ 41 milhões (R\$ 168 milhões) em dívidas da Venezuela com bancos brasileiros que financiaram

exportações ao vizinho. Tudo indica que, novamente, Caracas não pagará o que deve, o que elevará a dívida com o Brasil.

Como as exportações à Venezuela foram asseguradas pelo FGE (Fundo de Garantia às Exportações), o fiador é o Tesouro Nacional brasileiro, que já pagou R\$ 1,039 bilhão ao BNDES e a bancos privados em junho, retirando dinheiro do Orçamento federal.

A estimativa é pagar, pelo menos, mais R\$ 424 milhões até o início de 2019.

O valor, porém, deve subir para dar conta da variação cambial ocorrida no período.

O governo calculou o ressarcimento com base numa taxa de câmbio de R\$ 3,40, mas o dólar já chega a R\$ 4,10.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: ANTT quer multa para fazer valer tabelamento

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou nesta segunda (10) que estuda aplicar multa de R\$ 5 mil por viagem contra empresas que contratarem transporte rodoviário de carga com valor inferior ao disposto pela agência na tabela do frete.

A ANTT disse estudar também a aplicação de outra multa, no valor de R\$ 3 mil, para quem anunciar ou intermediar a contratação de frete com valor inferior ao piso mínimo definido.

Essas propostas constam em documento que será debatido em audiência pública — aprovada para acontecer em 9 de outubro — cuja documentação foi apresentada nesta segunda-feira (10) pela ANTT.

Segundo a agência reguladora, a audiência “tem o objetivo de discutir medidas adicionais para garantir o cumprimento dos pisos mínimos de frete”.

As sugestões à proposta apresentada poderão ser enviadas até as 18h do dia 10 de outubro, por meio de formulário disponível no site da ANTT, por via postal ou durante a sessão pública de audiência, que ocorre no dia 9 de outubro, na sede da agência, em Brasília (DF).

Na última quarta-feira (5), a ANTT publicou alterações na tabela de frete mínimo, após o reajuste, em 31 de agosto, de 13% no preço do diesel nas refinarias. A tabela considera o preço mínimo por quilômetro, eixo e carga transportada, além dos custos.

A Lei 13703, de 2018, que instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, prevê que uma nova tabela com frete mínimo deve ser publicada quando houver oscilação superior a 10% no preço do óleo diesel no mercado nacional.

A política foi uma das reivindicações dos caminhoneiros que paralisaram as estradas de todo o país em maio. A lei especifica que os pisos mínimos de frete deverão refletir os custos operacionais totais do transporte, definidos e divulgados nos termos da ANTT, com priorização dos custos referentes ao óleo diesel e aos pedágios.

De acordo com a legislação, a ANTT publicará duas vezes por ano, até os dias 20 de janeiro e 20 de julho, uma norma com os pisos mínimos referentes ao quilômetro rodado por eixo carregado, consideradas as distâncias e as especificidades das cargas, bem como planilha de cálculos utilizada para a obtenção dos pisos mínimos.

A norma será válida para o semestre em que for editada. Uma primeira tabela foi publicada pela ANTT em maio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras conversa com equipes de presidenciais

A menos de um mês do primeiro turno da eleição presidencial, a Petrobras iniciou conversas com economistas que coordenam campanhas dos principais candidatos, afirmou Ivan Monteiro, presidente da estatal, nesta segunda-feira (10), em encontro com investidores em São Paulo.

Sem revelar nomes, Nelson Silva, diretor-executivo de estratégia, organização e sistema de gestão da petroleira, afirmou que os encontros começaram há cerca de duas semanas, mas ainda não foram concluídas reuniões com as equipes de todos os presidenciais.

“A ideia é discutir a história da companhia, resultados, plano de negócios já disponíveis, a presença e contribuição da empresa para a sociedade”, disse Silva.

Embora a maioria dos candidatos tenha, até o momento, se posicionado contra a privatização da Petrobras, esse é um tema recorrente em anos de campanha eleitoral, assim como a possível troca de comando da empresa após o pleito.

Monteiro afirmou que “analistas não externaram preocupação” com a continuidade ou não do corpo diretivo da empresa.

“As mudanças estatutárias que fizemos criaram um ambiente de segurança muito grande para a companhia. Claro que pode ser convocada uma assembleia para alterar o estatuto, embora não seja simples. E não nos parece razoável que alguém pense em fazer alterações que diminuam o nível de transparência e governança que alcançamos”, disse Monteiro.

“Tudo que é externo só vai nos beneficiar se mantivermos internamente a casa arrumada, dando continuidade à redução da alavancagem, ao programa de desinvestimentos, saindo de áreas que não fazem mais sentido para a empresa e mantendo nossa política de preço”, completou Monteiro.

A Petrobras informou também nesta segunda uma projeção de queda na dívida líquida para US\$ 69 bilhões em 2018, contra US\$ 85 bilhões no ano passado.

Ao fim do primeiro semestre deste ano, a estatal já havia reduzido a dívida para US\$ 73,66 bilhões.

A petroleira reforçou a meta da companhia de atingir uma relação entre dívida líquida e Ebitda, principal indicador de endividamento, de 2,5 vezes até o fim do ano. Em junho, registrou nível de 3,23 vezes.

A empresa ainda previu fluxo de caixa de US\$ 15 bilhões no fim do ano, contra US\$ 13,9 bilhões em 2017. Desde 2015 que a estatal registra fluxo de caixa livre positivo.

Sobre o mecanismo que permite à empresa segurar o preço da gasolina por até 15 dias, anunciado na quinta-feira (6), Monteiro afirmou que não houve nenhuma interferência governamental na decisão.

“Houve zero submissão ao governo. Temos toda uma política de governança. A proposta vinha sendo estudada havia 60 dias. Quando ficou madura, submetemos à diretoria-executiva”, disse.

A Petrobras anunciou a mudança após uma sequência de aumentos no preço da gasolina que elevou o preço cobrado nas refinarias em 12%. O objetivo, disse a empresa ao fazer o anúncio, é suavizar o repasse das volatilidades aos seus clientes.

Segundo a estatal, a partir de agora, a área comercial da empresa pode propor períodos sem repasses de até 15 dias quando entender que o mercado está sendo pressionado por razões externas, como desastres naturais ou choques cambiais —razão do ciclo de alta atual, iniciado no dia 18 de agosto.

“Estamos de olho na temporada de furacões, que chegaram a provocar variação de 6% a 7% no dia apenas com um produto, levando a variação diária a 8%. Pela política anterior, teríamos de repassar toda essa volatilidade. E tendo fim o evento climático, o preço retorna na faixa de 6% para baixo. Essa volatilidade também não é adequada”, disse Monteiro.

A empresa usará mecanismos financeiros de proteção, conhecidos como hedge, para manter as margens de lucro. Ao decidir segurar os repasses, comprará contratos futuros de gasolina ou de câmbio, que serão vendidos após os reajustes.

Segundo Monteiro, já há estudos preliminares para avaliar a possibilidade de se aplicar o mecanismo de hedge também ao diesel, quando terminar o programa de subvenção ao combustível promovido pelo governo, no próximo ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/09/2018

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: ANTT propõe multa de R\$ 5 mil para frete

Sugestões feitas pela agência foram publicadas ontem e ainda serão submetidas a uma consulta pública, para só depois serem aplicadas

A multa pelo descumprimento da tabela de preços mínimos do frete rodoviário pode chegar a R\$ 5 mil, segundo proposta que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou ontem. Outra sugestão é que pessoas e empresas que anunciarem ou intermediarem serviços abaixo dos valores mínimos sejam multados em R\$ 3 mil. Os valores estão numa primeira versão de um regulamento sobre multas submetido a um processo de consulta pública.

Até o dia 10 de outubro, os interessados poderão apresentar sugestões para aperfeiçoar a norma. Só então ela será adotada pela ANTT e as multas passarão

a ser aplicadas. Os 31 casos de descumprimento da tabela flagrados no último fim de semana não geraram multa. No entanto, os infratores foram notificados e esse documento serve de base para que o caminhoneiro busque uma indenização prevista na lei, equivalente a duas vezes a diferença entre o valor praticado e o da tabela.

Isso pode ser feito diretamente com o contratante ou por intermédio da Justiça. A operação de fiscalização realizada pela ANTT no fim de semana, em Santos (SP), Paranaguá (PR), Itajaí (SC), Santana do Livramento (RS), Porto de Rio Grande (RS), atendeu ao principal pleito dos caminhoneiros autônomos desde o encerramento da paralisação, pois a tabela vinha sendo ignorada por muitos embarcadores. Como a medida é questionada na Justiça, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF), algumas empresas se arriscam a operar fora dos preços fixados pelo governo.

O governo correu para colocar fiscais nas estradas, mesmo sem um regulamento pronto para aplicar multas, na tentativa de esvaziar uma manifestação marcada para esta quarta-feira em frente à sede da ANTT, justamente para cobrar vigilância em relação à tabela. O cuidado foi redobrado depois que boatos de uma nova paralisação levaram à formação de filas nos postos de combustível há duas semanas.

"A atuação da ANTT está sendo ótima e dando resultado", disse Alexandre Fróes, do Sindicato dos Transportadores Autônomos (Sinditac) de Santa Catarina. Ele acrescentou que o governo cumpriu sua parte, ao corrigir os preços mínimos do frete após a alta de 13% no preço do diesel anunciado há duas semanas e ao fiscalizar. "Não vamos fazer a manifestação", disse.

"Se realmente fiscalizam, não sei se seria o caso (de fazer a manifestação)", disse o presidente do Sinditac de Ponta Grossa (PR), Neori "Tigrão" Leobet. Ela defende uma parceria entre ANTT e sindicatos para que esses auxiliem na fiscalização.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/09/2018

Seção: Economia

Autor: Dayanne Sousa

Título: Petrobrás prevê fechar 2018 com dívida de US\$ 69 bilhões

Projeção representa uma queda em relação ao endividamento do fim do ano passado, que era de US\$ 85 bilhões

A estatal brasileira Petrobrás informou ontem que estima fechar 2018 com uma dívida de US\$ 69 bilhões, uma queda de quase 19% em relação aos US\$ 85 bilhões registrados no ano passado. Com o programa de desinvestimentos, renegociações de prazos de pagamentos no exterior e o aumento recente do preço de petróleo, o endividamento da companhia vem caindo constantemente.

A mudança de trajetória começou em 2015, após a empresa atingir seu pico de endividamento, de US\$ 106 bilhões, em 2014. O total projetado para dezembro, porém, representa quase o dobro da dívida da companhia há oito anos. A empresa reafirmou que busca redução do indicador de alavancagem, medido pela dívida em relação à geração de caixa (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações), para 2,5 vezes, já levando em conta potenciais efeitos negativos de ações judiciais nos EUA.

O cronograma de amortizações aponta para um cenário relativamente mais tranquilo nos próximos anos, fruto da gestão do endividamento, na comparação como a perspectiva que se tinha ao fim de 2015. A petroleira ainda previu fluxo de caixa livre de US\$ 15 bilhões em 2018, ante US\$ 13,9 bilhões em 2017. A empresa vem registrando fluxo de caixa livre positivo desde 2015.

Ontem, o presidente da companhia, Ivan Monteiro, destacou que a elevação dos preços do petróleo do tipo Brent tem contribuído para acelerar a trajetória de redução do endividamento da companhia. Ele disse que não vê uma tendência de mudança muito grande no cenário de preço do barril ao longo do segundo semestre em relação ao observado até agora.

Vendas. Monteiro destacou ainda que a companhia continua as discussões sobre vendas de ativos que não foram afetados pela liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu a privatização de estatais sem autorização do Congresso. Ele afirmou que a discussão sobre ativos na África segue em andamento e que a "evolução é positiva". / COM REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/09/2018

Seção:

Autor:

Título: Eletrobrás quer cortar mais 2,4 mil vagas

A estatal Eletrobrás pretende abrir em outubro novo plano de demissão consensual (PDC), que pode alcançar cerca de 2,4 mil pessoas, informou ontem o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, em São Paulo. O executivo lembrou que a companhia está implantando sistemas de serviços

compartilhados, que devem reduzir a demanda por funcionários quando plenamente implementados.

"A tecnologia (...), a padronização de processos e a organização vão permitir ao grupo Eletrobrás como um todo, não só a holding, reduzir em torno 2,4 mil empregados." Questionado sobre a estimativa de custos com o novo programa de demissões, o executivo reiterou uma expectativa anterior de gastos de R\$ 1 bilhão com a redução do quadro de funcionários.

O programa de demissões da estatal está sendo realizado em diversas "rodadas". A companhia, que tinha 24 mil funcionários em 2016, pode fechar este ano com 12 mil. A projeção leva em conta, além do PDC, até 6 mil pessoas que trabalham em distribuidoras em fase de venda. / LUCIANA COLLET

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Política para diesel deve mudar

O presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, afirmou que a companhia pode vir a adotar, no futuro, uma solução de hedge (proteção), semelhante à prevista para a gasolina, para o diesel. Em coletiva de imprensa em São Paulo, Monteiro afirmou, no entanto, que, neste momento, a empresa não tomou nenhuma decisão. Ele admite essa possibilidade quando se encerrar o período de subsídio do governo ao preço do diesel, medida prevista para vigorar apenas até o fim deste ano.

A Petrobras anunciou na última quinta-feira, a terceira alteração na política de reajuste do preço da gasolina desde que passou a acompanhar o mercado internacional, em outubro de 2016. O valor do litro na refinaria poderá ficar congelado por até 15 dias, em vez de sofrer alterações diárias, como acontecia desde julho do ano passado. Para evitar prejuízos, a empresa vai recorrer a instrumentos financeiros de proteção — a compra de derivativos de gasolina na Bolsa de Nova York e o hedge cambial no Brasil.

Segundo Monteiro, a mudança representa “uma evolução da política de preços” anteriormente implementada. O presidente da companhia considerou ainda que o uso do hedge foi pensado como uma forma de lidar com o impacto que a temporada de furacões no Hemisfério Norte pode ter nos preços do óleo tipo brent.

O presidente da Petrobras destacou que a elevação dos preços do Brent tem contribuído para acelerar a trajetória de redução do endividamento da companhia. Ele afirmou que não vê uma tendência de mudança muito grande no cenário de preço do Brent ao longo do segundo semestre em relação ao observado até o momento.

Sobre as projeções de dívida líquida da companhia até o fim do ano, o diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rafael Grisolia, afirmou que a expectativa é de que fique em US\$ 69 bilhões, inferior aos US\$ 85 bilhões de 2017.

Monteiro ressaltou que a companhia continua com as discussões sobre desinvestimentos de ativos que não foram afetados pela liminar do Supremo Tribunal Federal, que proibiu a privatização de estatais sem autorização do Congresso. Ele afirmou que a discussão sobre ativos na África segue em andamento e que a “evolução é positiva”.

Cessão onerosa

O executivo afirmou, ainda, que, para a Petrobras, seria benéfico se o leilão da cessão onerosa ocorresse ainda este ano. Segundo ele, a companhia aguarda o resultado da discussão sobre o tema no Senado. “Com o Brent no nível atual, seria muito importante se o governo pudesse anunciar o leilão”, disse ele, destacando o momento atual de “estresse” nas contas públicas.

Um projeto de lei sobre a cessão onerosa, que já foi aprovado na Câmara, permite que o governo ofereça os volumes excedentes das áreas ao mercado em regime de partilha de produção, sem a necessidade de se esperar a Petrobras esgotar os volumes a que tem direito.

Assim, se aprovado no Senado, o projeto abre caminho para um leilão dos volumes de petróleo encontrados pela estatal que excedem os 5 bilhões de barris acertados no contrato da cessão onerosa com o governo federal em 2010.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/09/2018

Seção: Economia

Autor: Lorena Pacheco

Título: Seleção da Liquigás com 1.348 vagas

A Liquigás Distribuidora S/A abriu concurso com 74 vagas para contratação imediata e 1.274 para formação de cadastro reserva. Existem oportunidades

para todos os níveis de formação com salários variando de R\$ 1.321 a R\$ 4.894. Há chances no Distrito Federal e em 17 estados. As inscrições podem ser feitas de hoje a 1º de outubro no site da banca organizadora, que é a Fundação Cesgranrio. O edital reserva 5% das vagas a pessoas com deficiência. As taxas para se inscrever variam: R\$ 37 (nível fundamental), R\$ 47 (médio) e R\$ 67 (superior).

As vagas são para ajudante de carga e descarga 1 (19), oficial de produção 1 (23), ajudante de motorista granel 1 (1), assistente administrativo 1 (1), assistente de logística 1 (8), oficial de manutenção 1 — elétrica (1), oficial de manutenção 1 — Mecânica (1), operador de gás 1 (5), técnico de instalações 1 (1), técnico de segurança do trabalho 1 (1), profissional de vendas júnior (6), profissional júnior nas áreas de comunicação social (1), direito (1), economia (3), TI — analista de sistemas (1) e TI — arquiteto de soluções (1).

As provas objetivas serão aplicadas em 18 de novembro para todos os cargos. Haverá prova discursiva apenas para os candidatos a profissional júnior — direito. Os locais de provas estão previstos para 14 de novembro e os gabaritos para 19. As notas das provas serão divulgadas em 18 de dezembro. Os aprovados para as vagas de ajudante de carga/descarga 1 e de oficial de produção 1 farão teste físico em 12 e 13 de janeiro de 2019. Haverá ainda avaliação psicológica e exames médicos.

O resultado final e homologação da seleção serão publicados em 21 de fevereiro do ano que vem, segundo cronograma inicial do edital de abertura.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Demissão na Eletrobras

A Eletrobras pretende abrir, em outubro, novo plano de demissão consensual (PDC), que pode alcançar cerca de 2,5 mil pessoas, sinalizou o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, durante evento em São Paulo. Ele lembrou que a companhia está, neste momento, implantando em todo o grupo o sistema SAP e o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), que vão exigir um menor número de funcionários quando estiverem plenamente em operação. “A tecnologia, que é mais avançada, a padronização de processos e a organização dos processos vão permitir ao grupo Eletrobras como um todo, não só a holding, reduzir em torno 2,4 mil empregados”, acrescentou.

Questionado sobre a estimativa de custos com esse novo programa de demissões, o executivo reiterou uma expectativa anterior de R\$ 1 bilhão com a redução do quadro de funcionários. Ele lembrou que o programa de demissões incentivadas já aprovado poderia ser reaberto várias vezes ao longo do ano.

Ferreira Junior lembrou que quando chegou à Eletrobras, em 2016, a companhia contava com 24 mil funcionários e é possível que a estatal encerre o ano com apenas 12 mil. A projeção leva em conta que até 6 mil estão nas distribuidoras do grupo, que estão sendo vendidas, e outros mais de 5 mil estão deixando a companhia em programas de demissão e de aposentadoria incentivada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Alupar mira Eletrobras

O conselho de administração da Alupar Investimentos aprovou a participação da empresa no leilão da Eletrobras de venda em sociedades de propósito específico (SPE). Conforme o edital do leilão, divulgado pela Eletrobras em 21 de agosto, serão 71 SPEs, reunidas em 18 lotes. O certame está marcado para ocorrer no dia 27 de setembro, às 10 horas, na B3, em São Paulo.

Minério cai 1%

O minério de ferro sofreu perdas ontem no mercado chinês, à medida que os Estados Unidos passaram a ameaçar com tarifas sobre todos os produtos que importam da China e o gigante asiático voltou a importar menos matérias-primas industriais durante agosto. Os preços à vista do minério com concentração média de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao recuaram 1%, para US\$ 67,81 a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Mudança na Petrobras

A Petrobras anunciou a extinção da função, não estatutária, de diretor adjunto de governança e conformidade. O processo será submetido à avaliação dos órgãos competentes da empresa. O cargo foi criado em junho de 2017 - já como temporário -, com previsão de acabar em dezembro de 2019. Segundo comunicado da Petrobras, o fim antecipado "decorre do fortalecimento dos controles internos na companhia, da eliminação de todas as fraquezas materiais desde o fim de 2017, dos avanços já realizados em relação à governança corporativa, governança societária, atividades de prevenção, detecção, investigação interna e remediação de irregularidades".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Echoenergia compra projetos da Voltalia

A Echoenergia, empresa controlada pelo fundo britânico Actis, adquiriu um portfólio de novos projetos eólicos da francesa Voltalia no Rio Grande do Norte, com 197 megawatts (MW) de capacidade, de um total de 500 MW previstos em pré-acordo firmado entre as partes. Os projetos adquiridos, por valor não revelado, estão localizados no cluster criado pela Voltalia em Serra Branca, cujo potencial alcança cerca de 2 gigawatts (GW) de potência. No local, a francesa já possui 309 MW em operação e 223 MW a serem concluídos em 2020 e que não estão envolvidos na transação com a Echoenergia.

A aquisição dos projetos pela Echoenergia foi antecipada pelo **Valor** no início de agosto, mas o nome do vendedor não foi revelado naquele momento.

A Echoenergia já firmou contratos de compra e venda de energia de longo prazo (PPA na sigla em inglês), no mercado livre, para viabilizar a construção dos 197 MW em novos parques eólicos. A expectativa é que a empresa negocie outros contratos do tipo, para instalar os 303 MW restantes da parceria com a Voltalia. Se depois de determinado período, não divulgado, esse montante não for contratado, a Echoenergia devolve os projetos remanescentes para a Voltalia.

Para a Echoenergia, o negócio faz parte da estratégia de atingir 1,5 GW de projetos eólicos. Fundada em 2017, a companhia já adquiriu 34 parques eólicos e possui atualmente um portfólio com 897 MW de capacidade, dos quais 700 MW em operação. Com novos projetos em vista no mercado livre, a empresa da Actis pode atingir 1 GW ainda neste ano.

Para a Voltalia, o negócio é interessante para viabilizar o potencial que a companhia tem desenvolvido em Serra Branca, além de obter ganhos de escala e redução de custos de infraestrutura de transmissão dos parques eólicos. "Graças às nossas vitórias nos leilões [de energia] e ao contrato deles [Echoenergia] fechado no mercado livre, vamos compartilhar alguns custos, diluir alguns custos fixos. Ganhamos em conjunto em competitividade", afirmou o diretor-geral da Voltalia no Brasil, Robert Klein.

Em nota sobre o negócio, o presidente mundial da Voltalia, Sébastien Clerc, afirmou que "paralelamente à construção de nosso próprio portfólio de instalações de energia neste cluster [Serra Branca], mas também em novos parques eólicos e solares, continuaremos a fazer parceria com investidores de terceiros".

Klein acrescentou que a Voltalia espera fechar novos contratos do tipo com outras empresas. "Temos ainda bastante projetos competitivos para os próximos leilões ou para o mercado livre, tanto no Rio Grande do Norte, como projetos que desenvolvemos em outros Estados", disse.

No próprio cluster, a Voltalia negociou 163 MW de parques no leilão de energia "A-4" (com início de fornecimento em quatro anos), em dezembro de 2017, e 60 MW de projetos no "A-6" (com início de entrega em seis anos), realizado no fim de agosto.

No Brasil, a Voltalia possui 433 MW de potência instalada em operação (417 MW de eólicas e 16 MW de projetos híbrido térmico e solar) e cerca 2 GW de projetos em desenvolvimento, em energia solar e eólica, localizados principalmente no Rio Grande do Norte e Bahia.

O Brasil é o principal país na carteira da Voltalia, tanto em capacidade instalada em operação, com 85% do total, quanto em faturamento, com cerca de 80% dos € 180 milhões (o equivalente a cerca de R\$ 870 milhões) apurados no ano passado. "A participação do Brasil é muito relevante dentro do grupo. E continuará durante um tempo", explicou Klein.

De acordo com o plano estratégico do grupo francês, a meta é alcançar 1 GW de capacidade instalada globalmente em 2020. Para o mesmo prazo, o objetivo é atingir Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) global entre € 140 milhões e € 180 milhões. O Ebitda da companhia em 2017 foi de € 72 milhões de euros (cerca de R\$ 350 milhões).

Considerando, além da capacidade instalada de geração própria, projetos desenvolvidos para terceiros, nas áreas eólica e solar, a Voltalia prevê alcançar a marca de 3 GW em 2020, ante os 1,2 GW registrados atualmente.

Desde a aquisição da unidade Martifer Solar, do grupo Martifer, em agosto de 2016, a Voltalia tem investido também em atividades de EPC (sigla em inglês para engenharia, aquisição e construção) e de operação e manutenção de projetos de energia solar fotovoltaica. A operação também fez parte da estratégia de diversificação geográfica do grupo Voltalia.

Hoje a companhia tem 460 funcionários em 18 países. **(Colaborou Camila Maia, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Ivan Ryngelblum e Renato Rostás | De São Paulo

Título: Petrobras reduz projeção de dívida líquida em 2018 para US\$ 69 bi

Beneficiada pelo forte aumento dos preços internacionais do petróleo, a Petrobras reduziu sua projeção para dívida líquida ao fim deste ano, para US\$ 69 bilhões. O montante é 10,4% menor que o projetado no Plano de Negócios e Gestão do período de 2018 a 2022, que contava com uma dívida líquida de US\$ 77 bilhões no fim de 2018.

Frente a 2017, quando a dívida atingiu US\$ 85 bilhões, a redução será de 18,8% se a projeção se concretizar. As projeções foram divulgadas ontem durante o "Petrobras Day", evento com investidores realizado em São Paulo, e que foi seguido de uma entrevista coletiva.

Se antes as vendas de ativos eram a principal fonte de recursos para a companhia reduzir seu endividamento, a greve dos caminhoneiros e uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a privatização de ativos sem aval do legislativo dificultaram a entrada de recursos oriundos de desinvestimentos.

Os preços do barril do Brent, por sua vez, estão muito maiores do que o projetado no início do ano, ajudando na redução do endividamento da estatal. "No nosso orçamento, a previsão era de um Brent a US\$ 53 o barril, e ele está consistentemente acima de US\$ 70. Isso auxilia na trajetória de redução do endividamento", disse Ivan Monteiro, presidente da estatal. Segundo ele, o patamar do preço do petróleo deve se manter em 2019, podendo continuar em alta até 2020.

O plano de negócios da companhia previa que, no caso de um barril do Brent a US\$ 70, a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado

antes de juros, impostos, depreciação e amortização) chegaria a 2 vezes, abaixo da meta da companhia para este ano, de 2,5 vezes.

O efeito inesperado do câmbio, porém, atua na outra ponta. Ao mesmo tempo em que a Petrobras previa o Brent a US\$ 53 neste ano, trabalhava com o dólar a R\$ 3,44, muito abaixo das cotações acima de R\$ 4 que têm sido registradas.

Segundo Rafael Grisolia, diretor financeiro da Petrobras, a dívida de US\$ 69 bilhões projetada para o fim do ano representa uma alavancagem inferior a meta de 2,5 vezes posta para o ano. Questionado sobre quanto isso representa na relação de endividamento, o executivo não quis comentar, alegando que se trata de uma informação sensível.

A Petrobras segue negociando os ativos na qual não tem controle acionário, como a PetroÁfrica. O **Valor** informou ontem que a estatal está próxima de fechar com a holandesa Vitol sua fatia de 50% na empresa africana, que detém ativos de exploração e produção na Nigéria. Dono dos 50% restantes da empresa, o BTG Pactual também vai se desfazer de sua participação no negócio.

De acordo com Monteiro, as discussões sobre a PetroÁfrica têm "evoluído positivamente". Ele não deu mais informações sobre a transação. "Qualquer novidade vamos anunciar ao mercado", disse.

O executivo comentou ainda a política de hedge de preços da gasolina anunciada na semana passada. A estatal avalia repetir o mecanismo em relação aos preços do diesel quando o programa de subsídio acabar, no fim do ano, mas nenhuma decisão foi tomada até o momento. **(Colaboraram André Ramalho e Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Sócios da Vale negociam acordo de R\$ 2,5 bilhões

A Bradespar e a Litel estão negociando os termos finais de um acordo para pôr fim a uma disputa bilionária com a Elétron, o veículo do Opportunity, de Daniel Dantas, na Vale. O **Valor** apurou que o acordo deve ser fechado nesta semana. As questões jurídicas envolvendo o tema estão praticamente resolvidas, disseram fontes que acompanham as discussões, e falta chegar a um entendimento sobre valores e a forma de pagamento.

O valor final a ser pago por Bradespar e Litel à Elétron deve ficar entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3 bilhões. Uma das discussões é como esse valor será pago, se em dinheiro ou em ações da mineradora detidas tanto por Bradespar, veículo de participações do Bradesco, como por Litel, empresa que reúne os fundos de pensão estatais na mineradora (Previ, Petros, Funcef e Fundação Cesp). Uma fonte disse que a forma de pagamento ainda está em discussão. Executivos de Bradespar, Litel e Elétron devem se reunir hoje para mais uma rodada de negociações. "É possível que o acordo feche nesta semana", disse à reportagem uma das fontes.

O acordo estabelece valor bem abaixo dos cerca de R\$ 5 bilhões (com correção monetária) que Bradespar e Litel teriam de pagar segundo decisão judicial em processo que tramita na 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ). Em maio, houve decisão do tribunal que homologou laudo pericial que fixou em R\$ 4 bilhões a indenização à Elétron pelo fato de a empresa não ter conseguido exercer opção de compra de 37,5 milhões de ações da Valepar, a antiga controladora da Vale. O número considerado agora no acordo chegaria a 45 milhões de ações uma vez que, em 2017, a Vale unificou ações ordinárias e preferenciais, e migrou para o Novo Mercado da B3, com os controladores recebendo um ágio na operação.

Segundo um interlocutor, o acordo resolve todas as disputas societárias entre Elétron, Litel e Bradespar, e encerra as discussões judiciais entre as partes, incluindo arbitragens que ainda estão em curso. Interlocutores informaram que, uma vez fechado o acordo, Daniel Dantas, um dos sócios do Opportunity, não terá mais possibilidade de questionar nada em relação à Valepar. As discussões sobre o caso, tanto em arbitragens como na Justiça, se arrastam há mais de dez anos. Procurada, a Elétron disse que não se manifestaria.

A avaliação de fontes é que se a Elétron insistisse em receber o valor determinado na decisão judicial a discussão poderia se prolongar por mais tempo, uma vez que tanto Bradespar como Litel questionam o laudo pericial que permitiu chegar à indenização de R\$ 5 bilhões. A primeira data para pagamento desse valor era 9 de agosto, mas foi sendo sucessivamente adiada de comum acordo entre as partes, enquanto tentava se chegar a um acordo. O último prazo para pagamento foi fixado para sexta-feira. Mas há expectativa de que o acordo saia antes disso.

Depois de fechada a negociação, a Litel abrirá outra discussão com a Bradespar. Os fundos consideram que quem concedeu o direito da indenização à Elétron foi a empresa de participações acionárias do banco. A Litel espera ser ressarcida pelo prejuízo. A Bradespar tem entendimento diferente, como já deixou claro em suas demonstrações financeiras. Ambas as empresas fizeram provisões para o caso.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/09/2018****Seção: Agronegócios****Autor: Juliano Basile | De Brasília****Título: Cade sugere que ANP reveja resoluções sobre venda de etanol**

O Conselho Administrativo Defesa Econômica (Cade) pediu que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) reveja resoluções que impedem a venda direta de etanol para os postos de combustíveis. Em nota técnica, o órgão antitruste destacou a resolução publicada pela ANP em novembro no "Diário Oficial da União" com mudanças nas regras de estocagem de etanol combustível no Brasil. O ponto mais importante obriga importadores de biocombustíveis a manter estoques do produto durante o período de entressafra, de janeiro a março, como ocorre para usinas e distribuidores.

Essa resolução da ANP levou a uma redução no percentual de estoque mínimo até 31 de março de cada ano, o último dia de safra, de 8% para 4% do volume produzido pelas usinas com o estoque de etanol contratado. Com isso, os produtores sem contratação precisam manter estoques de 25% do volume, em 31 de janeiro, e de 4% em 31 de março.

Segundo o órgão, essa não obrigatoriedade de estoques por parte de importadores "foi motivo de duras críticas dos produtores de etanol, que arcavam com custos para manterem volumes mínimos do biocombustível em tanques nas usinas por ao menos três meses por ano". Na visão do Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Cade, esse tipo de norma gera uma quase verticalização entre usinas de etanol e distribuidoras. "Não parece ser razoável exigir que se venda capacidade futura a agentes incumbentes sob pena de, ao não agir assim, o agente usineiro ver seus custos de estoque aumentados".

O órgão antitruste acrescentou que esse tipo de norma pode interferir no nível de rivalidade que a venda direta do etanol ao posto de combustível terá no mercado, "já que, caso seja mantida tal obrigatoriedade, possivelmente a venda direta àqueles que queiram fugir do ônus do estoque relatado acima poderão no máximo se limitar a 10% da capacidade restante da usina, não contratualizada".

Ao fim, o departamento do Cade pediu, em nota técnica, que seja feita uma revisão sobre as resoluções da ANP no caso do etanol. É o DEE elabora estudos e pareceres econômicos para a Superintendência-Geral e para o tribunal administrativo do Cade, que julga os casos. Procurado, o diretor-geral da ANP,

Décio Oddone, afirmou que a agência vai analisar a sugestão do Cade. Mas, de acordo com ele, ainda é preciso aguardar análises técnicas sobre o caso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2018

Seção: Agronegócios

Autor:

Título: Ipsis Litteris

O presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, afirmou que a entrada de novos "players" é sempre bem-vinda. "Qualquer iniciativa que traga mais incentivos à competição irá resultar em benefícios à sociedade, em termos de preços e de qualidade dos serviços". Para ele, a intervenção do Estado no domínio econômico por meio da regulação deve se dar apenas em situações específicas, como onde haja monopólio natural para correção de ineficiências na formação do preço ou para garantir que a livre atuação das empresas não comprometa a segurança da população. "A vedação à venda direta de etanol hidratado pelos produtores não se sustenta do ponto de vista concorrencial, seja por questões tributárias, ambientais ou de eficiência logística. Do ponto de vista regulatório, cabe à ANP dar seu veredito."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2018

Seção: Finanças

Autor:

Título: Previ espera IPO da Neoenergia só em 2019

O presidente da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (BB), José Maurício Coelho, afirmou que a abertura de capital (IPO) da Neoenergia deve ficar para o primeiro trimestre de 2019. "Vamos esperar para apresentar os resultados de um ano após a fusão [com a Elektro] para a empresa entregar o que prometeu", disse.

Em dezembro, a operação foi cancelada porque os investidores tentaram impor um desconto elevado no preço das ações. O BB era o principal vendedor na oferta, enquanto a Previ venderia uma fatia menor. A Previ tem 38,21% da Neoenergia e o BB, 9,34%.

Para Coelho, o momento não é para fazer grandes desinvestimentos porque os preços dos ativos estão em baixa. Isso inclui a participação que a fundação tem

na Vale. "Estamos super alinhados com a companhia", disse Coelho. Em fevereiro venceu o período de "lock-up", em que os fundos de pensão ficaram liberados para vender a participação na mineradora.

A fatia da Previ está alocada na Litel, veículo de investimentos junto Petros (fundo da Petrobras), Funcef (Caixa) e Funcesp (empresas de energia de São Paulo).

Quanto à adequação do fundo às novas regras do setor, Coelho diz que não há, no curto prazo, nenhum movimento para implementar eventuais mudanças. Entre as alterações está a proibição dos fundos terem investimento direto em imóveis. "Temos ainda 12 anos para implementar as mudanças."

A Previ reduziu o déficit no Plano 1 de benefício definido em julho. O plano teve um superávit de R\$ 2,9 bilhões, levando o déficit para R\$ 4,7 bilhões no ano. O total de ativos da Previ, segundo a Previc, era de R\$ 181 bilhões em junho, o que faz da entidade o maior fundo de pensão do Brasil.

A fundação acumula uma rentabilidade de 3,56% no ano (até julho) no Plano 1 e tem 46,25% aplicados em renda variável.

MME / ASCOM .